

BSB Energética S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
BSB Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BSB Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSB Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de investimentos em coligadas (“Impairment”)

Por que foi considerado um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui saldos significativos decorrentes de participação em coligadas, que estão sujeitos à avaliação anual de “impairment”.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Esse assunto foi tratado como principal assunto de auditoria em virtude da representatividade desses ativos, bem como pelo fato de os modelos utilizados nos testes de “impairment” envolverem subjetividade e julgamento por parte da Diretoria. Esses julgamentos são fundamentados em premissas que podem ser afetadas por eventos futuros de mercado, principalmente aquelas associadas com as projeções dos fluxos de caixa e com a taxa de desconto utilizadas. Devido à relevância dos saldos, ao nível de incerteza e ao grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade desses ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria sobre o teste de valor recuperável de investimentos em coligadas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 9 de fevereiro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

A Administração da BSB Energética S.A. (“BSB Energética” ou “Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais findos em 2022 e 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), bem como em observância às normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards*” ou “IFRS”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (IASB), aplicáveis às empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

O presente documento é destinado, prioritariamente, aos acionistas da BSB Energética, e mantido à disposição para acesso público no website da Companhia (www.bsbenergetica.com.br) e no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>), em conformidade com o exigido pela legislação brasileira.

1. INTRODUÇÃO

A BSB Energética, sociedade anônima de capital aberto registrada na CVM na categoria “B” desde julho de 2022, foi constituída em 24 de março de 2000 e tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia, como sócia ou acionista.

Seu controle acionário é detido pela Eletroriver S.A. (“Eletroriver”), com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 91,0% do capital social da Companhia, estando os demais 9,0% subscritos pela Companhia Energética de Brasília (“CEB”), sociedade de economia mista com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Sua atuação está concentrada na gestão dos seus investimentos no capital social da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), investida que detém, indiretamente, o controle acionário de 13 (treze) sociedades de propósito específico (“SPEs”) titulares, respectivamente, de autorizações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração do potencial hidrelétrico de 13 (treze) pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), com potência instalada total de 291,5MW, localizadas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, todas inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

A Brasil PCH, por sua vez, tem como únicas acionistas a Companhia e a Eletroriver S.A., titulares, respectivamente, de ações representativas de 30% e 70% do seu capital social.

2. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

2.1. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Visão geral. Os diretores entendem que, a partir da análise e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, essa apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos aspectos indicados abaixo.

Endividamento Líquido: O endividamento líquido da Companhia é calculado pelo valor total dos passivos, subtraído dos montantes registrados em caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido ao final do exercício de 2022 comparado com 31 de dezembro de 2021.

Indicadores financeiros (R\$/mil)	Em	
	31/12/2022	31/12/2021
Dívida Bruta ¹ Passivo circulante e não circulante	337.621	378.119
(-) Caixa e equivalentes e aplicação financeira	41.637	48.899
= Dívida Líquida ²	295.984	329.220

¹ A Dívida Bruta é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de passivos circulantes e não circulantes. A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

² A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo dos passivos circulantes e não circulantes, descontada de caixa e equivalentes e aplicação financeira. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no

Disponibilidade de caixa. Em 2022, a Companhia encerrou o exercício com caixa e equivalentes e aplicação financeira no valor de R\$ 41.637, enquanto no encerramento do exercício de 2021 havia sido apurado o valor de R\$ 48.899. O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, pelo: (i) pagamento de dividendos aos acionistas, (ii) pagamento dos encargos financeiros e principal das debêntures, e (iii) pagamento do saldo remanescente da aquisição das ações de emissão da Brasil PCH ocorrida em dezembro 2021, estes parcialmente compensados pelo recebimento de dividendos pagos pela Brasil PCH.

Indicadores Financeiros. O índice de liquidez corrente é calculado pela razão do saldo do ativo circulante pelo saldo do passivo circulante, já o índice de liquidez geral é calculado pela razão (i) do saldo do ativo circulante somado ao ativo não circulante pelo (ii) passivo circulante acrescido do passivo não circulante. A variação destes índices entre os períodos analisados deve-se, principalmente, à emissão das Debêntures pela Companhia, considerando as informações expostas no quadro a seguir:

Liquidez Corrente	Em	
(R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	42.513	48.967
Passivo Circulante (ii)	40.649	47.081
Liquidez Corrente ((i)/(ii))	1,05	1,04

Liquidez Geral	Em	
(R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante (a.1)	42.513	48.967
Ativo Não Circulante (a.2)	377.015	355.796
Passivo Circulante (b.1)	40.649	47.081
Passivo Não Circulante (b.2)	296.972	331.038
Liquidez Geral [(a.1) + (a.2) / (b.1) + (b.2)]	1,24	1,07

2.2. Estrutura de Capital

A atual estrutura de capital da Companhia, mensurada pela expectativa de distribuições de suas investidas, apresenta níveis adequados de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 81.907, ao passo que no mesmo período do ano de 2021 montava R\$ 26.644 mil. O aumento do patrimônio líquido de 207,41% em 31 de dezembro de 2022 quando comparado com 31 de dezembro de 2021 refere-se, principalmente, aos resultados de equivalência patrimonial e integralização do adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta por 19,52% de capital próprio (patrimônio líquido) e 80,48% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2021 era composta por 6,58% de capital próprio e 93,42% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros, visando a manutenção de relação adequada que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia sem depreciação de sua liquidez, buscando, assim, a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação.

Indicadores de investimento	Em				2022x2021
	31/12/2022		31/12/2021		
	(R\$ mil)	AV %	(R\$ mil)	AV %	AH %
Patrimônio Líquido	81.907	19,52%	26.644	6,58%	207,41%
Passivo Total	337.621	80,48%	378.119	93,42%	-10,71%
Total	419.528	100%	404.763	100%	3,65%

2.3. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando as disponibilidades da Companhia, os valores registrados no passivo circulante e não circulante a título de debêntures, em decorrência da aquisição das ações de emissão da Brasil PCH, bem como o fluxo de recursos recebidos de seus investimentos, os diretores entendem que o fluxo de caixa da Companhia está adequado às suas necessidades de curto prazo, conforme quadro abaixo:

Fluxo líquido de caixa	Exposição
(R\$ mil)	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	41.601
Contas a pagar por aquisição de investimento	-
Exposição líquida	41.601
Títulos de dívida inferior a 1 ano	(40.649)
Caixa líquido	952

No médio e longo prazo, a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia está diretamente vinculada à geração de caixa e distribuição de dividendos pela Brasil PCH, único ativo operacional da Companhia.

Nesse sentido, considerado o histórico de distribuição de dividendos pela Brasil PCH, lastreado na operação das 13 (treze) PCHs, todas (i) inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA até os anos de 2028 ou 2029, conforme o caso, (ii) integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) e (iii) optantes pela Repactuação do Risco Hidrológico, na Modalidade SP100, os fluxos de caixa da Brasil PCH e, conseqüentemente, da Companhia apresentam, no entendimento da administração, estabilidade e previsibilidade compatíveis e adequados à gestão dos seus compromissos financeiros, conforme cronogramas pactuados.

2.4. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos dois exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia utilizou como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes recursos oriundos de seus investimentos na Brasil PCH e captação no mercado financeiro, por meio da emissão de debêntures, destinada à aquisição de participação adicional no capital social da Brasil PCH.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o recebimento de dividendos da coligada da Companhia proporcionaram geração de caixa líquido de R\$ 87.023 (R\$47.911 mil em 2021), enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis pela geração de caixa líquido no exercício de 2022 no montante negativo de R\$ 76.321 mil (R\$ 303.799 mil positivos em 2021), referentes aos pagamentos de dividendos e debentures.

2.5. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para suprir eventual necessidade de capital para utilização no curso regular dos negócios da Companhia são decorrentes dos seus acionistas e/ou investimentos em coligadas.

2.6. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, com base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 346.005, equivalentes às Debêntures, enquanto no ano de 2021 esse valor era de R\$ 350.851. Para fins deste item, o nível de endividamento foi calculado considerando a soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa, e totalizou R\$ 304.404 em 31 de dezembro de 2022, contra o valor de R\$ 301.952 registrado em 2021.

As principais características do endividamento da Companhia ao final dos três últimos exercícios, estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Atualização	Taxa de Juros % a.a.	Vencimento	Em 31 de dezembro de (R\$/mil)	
					2022	2021
Debêntures	(R\$ mil)	2021	7,04%	15/04/2030	346.005	350.851
Total de Empréstimos e Financiamentos (A)					346.005	350.851
Caixa e Equivalentes de caixa (B)					41.601	48.899
Dívida líquida de Empréstimos e Financiamentos (A)-(B)					304.404	301.952

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía apenas 1 (um) contrato de emissão de títulos de valores mobiliários (debêntures). As Debêntures foram emitidas em 15 de setembro de 2021 (“Data de Emissão”), com prazo de vencimento de 8,5 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2030 (“Data de Vencimento”). Foram emitidas 345.000 (trezentas e quarenta e cinco mil) debêntures, no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo, na Data de Emissão, o valor total de R\$345.000 mil. O valor nominal das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo (“IPCA”), conforme fórmula constante da escritura de emissão (“Valor Nominal Atualizado”). Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,04% ao ano. O pagamento dessa remuneração é semestral, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022 e o último na Data de Vencimento. O principal será amortizado em 17 (dezessete) parcelas semestrais consecutivas, sendo a primeira parcela, já quitada, em 15 de abril de 2022 e a última na Data de Vencimento. Os recursos líquidos captados foram utilizados, principalmente, para a aquisição de participação adicional na Brasil PCH. O saldo devedor da emissão em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 346.005 mil.

Outras relações de longo prazo com instituições financeiras. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquela citada no item “i” acima.

Grau de subordinação entre as dívidas. As Debêntures da Companhia são garantidas por alienação fiduciária de ações de titularidade da Companhia emitidas pela Brasil PCH.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em 15 de setembro de 2021, a Companhia realizou a emissão das Debêntures. A escritura de emissão das Debêntures possui hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, tais como eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia ou da Brasil PCH, operações societárias (fusão, cisão, incorporação) da Companhia ou da Brasil PCH, constituição de garantias reais sob bens de propriedade da Companhia ou da Brasil PCH, contratação de novas dívidas, incluindo emissão de debêntures, celebração de novos contratos de mútuo e a realização de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Adicionalmente, a Companhia é obrigada, a partir do ano de 2022, a manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) de 1,2 (um inteiro e dois décimos por cento), ou superior, (i) semestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras com revisão limitada por auditores da Companhia; (ii) eventualmente, em caso de distribuição trimestral de dividendos intercalares, com base em lucros acumulados após o término do exercício fiscal anterior, tendo por base demonstrações financeiras intermediárias com revisão limitada por auditores da Companhia. Ao final do exercício de 2022 apurou-se, tendo como base as demonstrações financeiras da Companhia, ICSD de 2,25.

Outrossim, as debêntures trazem ainda hipóteses de vencimento antecipado referentes a ações da Brasil PCH vinculadas a novos empréstimos e/ou financiamentos, alterações na escritura da emissão de debêntures, bem como vinculadas a questões operacionais quanto à permanência das SPEs no MRE, término de determinados contratos no âmbito do PROINFA, não manutenção da repactuação do risco hidrológico e/ou determinadas modificações de características físicas dos empreendimentos.

Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados. A Companhia não possuía, nos dois últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização de valores.

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras. As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras individuais da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. Demonstrativo de Resultados

Nos quadros abaixo seguem apresentados os resultados apurados pela Companhia, comparados com os resultados obtidos no mesmo período do ano anterior.

Exercícios findos em 2022 e 2021:

Demonstração do Resultado	No exercício de 2022 comparado ao mesmo período de 2021				
	31/12/2022		31/12/2021		AH (%)
	(R\$/mil)	AV (%)	(R\$/mil)	AV (%)	
Resultado de equivalência patrimonial	127.162	100,00%	47.297	100,00%	168,86%
Despesas gerais e administrativas	(1.035)	0,81%	(335)	0,71%	208,96%
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	126.127	99,19%	46.962	99,29%	168,57%
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(45.590)	35,85%	(6.083)	12,86%	649,47%
Receitas financeiras	5.605	4,41%	372	0,79%	1.406,72%
Total	(39.985)	31,44%	(5.711)	12,07%	600,14%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	86.142	67,74%	41.251	87,22%	108,82%
Imposto de renda e contribuição social	-	0,00%	(119)	0,25%	-100,00%
Lucro líquido do exercício	86.142	67,74%	41.132	86,97%	109,43%

Resultado de equivalência patrimonial: No exercício de 2022, a partir da apuração de equivalência patrimonial, a Companhia reconheceu a receita de R\$ 127.162, representando aumento no valor de R\$ 79.865, quando comparado ao mesmo período findo em 2021, equivalente à variação de 168,86%. Tal aumento é resultante, principalmente, da aquisição de participação adicional no capital da Brasil PCH, passando, em 1º de dezembro de 2021, de 14,70% para 30%, bem como ao desempenho da investida nos períodos analisados.

Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas somaram, no exercício social de 2022, o montante de R\$ 1.035, enquanto no mesmo período de 2021 apurava-se R\$ 335, representando aumento de R\$ 700, equivalente a 208,96%, atribuída, principalmente, à Contratação de serviços de terceiros decorrentes, em sua maior parte dos gastos com auditoria, consultoria e as despesas tributárias decorrentes dos impostos de PIS e COFINS sobre aplicação financeira.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras totalizaram R\$ 45.590 no exercício de 2022, enquanto no exercício social de 2021 o montante das despesas financeiras apurado foi de R\$ 6.083. Esse aumento se deu principalmente em função dos encargos financeiros decorrentes da emissão de debêntures pela Companhia em 15 de setembro de 2021, cujo valor apurado no ano de 2022 foi de R\$ 43.478, contra R\$ 5.851 em 2021.

Receitas Financeiras: As receitas financeiras apuradas pela Companhia, no exercício de 2022, totalizaram R\$ 5.605, refletindo o ganho apurado em suas aplicações financeiras, enquanto no exercício de 2021 foi apurado valor de R\$ 372.

Lucro Líquido do Exercício: Em decorrência dos fatores acima, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 86.142 no exercício de 2022, representando aumento de R\$ 45.010, equivalente a 109,43%, se comparado com o exercício findo de 2021, quando totalizou R\$ 41.132.

3.2. Balanço Patrimonial

Segue apresentada abaixo a posição do balanço patrimonial da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Balanço Patrimonial	No final do exercício de 2022 comparado com o período findo em 2021				
	31/12/2022		31/12/2021		AH (%)
	(R\$/mil)	AV (%)	(R\$/mil)	AV (%)	
Ativos circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	41.601	9,92%	48.899	12,08%	-14,92%
Aplicações financeiras	36	0,01%	-	-	N/A

Balço Patrimonial	No final do exercício de 2022 comparado com o período findo em 2021				
	31/12/2022		31/12/2021		
	(R\$/mil)	AV (%)	(R\$/mil)	AV (%)	AH (%)
Tributos a compensar	876	0,21%	68	0,02%	1.188,24%
Total dos ativos circulantes	42.513	10,13%	48.967	12,10%	-13,18%
Ativos não circulantes					
Investimentos em coligadas	377.015	89,87%	355.775	87,90%	5,97%
Imobilizado	-	-	21	0,01%	N/A
Total dos ativos não circulantes	377.015	89,87%	355.796	87,90%	5,97%
Total dos Ativos	419.528	100,00%	404.763	100,00%	3,65%
Passivos circulantes					
Fornecedores	26	0,01%	2.114	0,52%	-98,77%
Contas a pagar por aquisição de investimento	-	-	18.132	4,48%	N/A
Dividendos a pagar	-	-	-	-	N/A
Obrigações fiscais	27	0,01%	258	0,06%	-89,53%
Debêntures	40.596	9,68%	26.577	6,57%	52,75%
Total dos passivos circulantes	40.649	9,69%	47.081	11,63%	-13,66%
Passivos não circulantes					
Partes relacionadas	-	-%	16.125	3,98%	-
Debêntures.	296.972	70,79%	314.913	77,80%	-5,70%
Total dos passivos não circulantes	296.972	70,79%	331.038	81,79%	-10,29%
Patrimônio líquido					
Capital social	18.106	4,32%	1.957	0,48%	825,19%
Reserva de lucros	61.843	14,74%	25.512	6,30%	142,41%
Ajustes de avaliação patrimonial	1.958	0,47%	(825)	-0,20%	337,33%
Total do patrimônio líquido	81.907	19,52%	26.644	6,58%	207,41%
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	419.528	100,00%	404.763	100,00%	3,65%

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo de caixa e equivalentes e aplicação financeira apurado pela Companhia no exercício de 2022 foi de R\$ 41.637, representando uma redução da ordem de 14,92% (R\$ 7.298), quando comparado ao montante apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 48.899. A redução se justifica, principalmente pelo: (i) pagamento de R\$ 49.787 a título de dividendos aos acionistas Eletroriver e CEB ; (ii) pagamento dos encargos financeiros e principal das debêntures, no montante de R\$ 21.819 e R\$ 26.504, respectivamente; e (iii) pagamento do valor de R\$ 18.911, relativo ao valor retido no âmbito da aquisição das ações de emissão da Brasil PCH ocorrida em dezembro de 2021, estes parcialmente compensados pelo recebimento de R\$ 108.705 a título de dividendos pagos pela Brasil PCH.

Tributos a compensar: O saldo de tributos a compensar, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 876, representando aumento de R\$ 808, ou 1.188,24%, se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no qual foi apurado o valor de R\$ 68. A elevação do saldo se deve principalmente ao valor dos tributos relativos as aplicações financeiras no período.

Ativo Não Circulante

Investimentos em coligadas: O saldo de investimentos em coligadas registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 377.015, representando aumento de 5,97% (R\$ 21.240), quando confrontado com o valor apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 355.775.

Passivo Circulante

Contas a Pagar por aquisições de investimentos: O saldo de contas a pagar por aquisições e investimentos no valor de R\$ 18.132 divulgado em 31 de dezembro de 2021, relativo ao pagamento do valor retido em decorrência da aquisição de ações de emissão da Brasil PCH, foi liquidado em maio de 2022, devidamente atualizado pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), totalizando o valor de R\$ 18.911.

Debêntures: Ao final do exercício de 2022, foi apurado saldo devedor de R\$ 40.596, já tendo sido deduzido o valor de R\$ 1.220 referente ao custo de transação da emissão das Debêntures, reconhecidos no passivo circulante, tendo em vista a curva de amortização das Debêntures no curto prazo. Ao final do exercício de 2021, o saldo apurado foi de R\$ 26.577. A variação é resultado, principalmente, da atualização dos encargos financeiros incorridas no período parcialmente compensadas com o pagamento de parcela do principal e encargos relacionados às debentures de emissão da Companhia.

Passivo Não Circulante

Debêntures: Ao final do exercício de 2022, foi apurado saldo devedor de R\$ 296.972, já deduzido o valor de R\$ 7.217, referente ao custo de transação da emissão das Debêntures, reconhecidos no passivo não circulante, tendo em vista o saldo previsto para amortização entre os anos de 2023 e 2030. Ao final do exercício de 2021, o saldo devedor apurado como passivo não circulante foi de R\$ 314.913.

Patrimônio Líquido

Reserva de Lucros: O saldo de reserva de lucros apurado ao final do exercício de 2022 totaliza R\$ 61.843, frente aos R\$ 25.512 registrados ao final do exercício de 2021, representando aumento de R\$ 36.331, equivalentes a 142,41%. O aumento se deve, principalmente, à aquisição de participação adicional pela Companhia na Brasil PCH, ocorrida em 1º de dezembro de 2021, quando passou a deter participação equivalente a 30% do capital social da Brasil PCH, frente aos anteriores 14,70%, bem como ao desempenho da investida que apurou, ao final do exercício de 2022, lucro líquido de R\$ 439 (em 2021 R\$ 293). Cumpre ressaltar que houve o pagamento de dividendos no montante de R\$ 49.787, sendo o valor de R\$ 23.555 relativo aos dividendos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, R\$ 24.690 correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios e adicionais do exercício social de 2022, e R\$ 1.542 distribuídos a partir da decisão de destinação da reserva de investimento.

Ajustes de Avaliação Patrimonial: Foi registrado saldo dos ajustes de avaliação patrimonial no montante de R\$ 1.958 ao final do exercício de 2022, frente ao montante negativo de R\$ 825 apurado ao final do exercício de 2021. A variação de R\$ 2.783, equivalente a 337,33%, refere-se a outros resultados abrangentes de coligadas referentes a ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa da Brasil PCH.

3.3. Prestação de Serviços pelos Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), empresa de auditoria independente contratada pela Companhia, além de prestar serviços relativos à auditoria externa das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 2022, também prestou os serviços de asseguarção limitada sobre a estrutura de controles para o processo de compilação e apuração dos índices financeiros (“Relatório ICSD”) e de revisão da Escrituração Contábil Fiscal (“ECF”).

Com relação ao ECF, o auditor foi contratado em julho 2022 para execução do serviço de revisão das apurações do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, da Contribuição Social do Lucro Líquido e do arquivo ECF da Companhia, com enfoque nos blocos de apuração da ECF e na consistência de suas informações, tendo como base a documentação suporte. Para a realização do escopo de revisão anual do arquivo ECF, a Companhia dispendeu o montante de R\$ 5.831,00, que corresponde a 6,6% do valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Com relação ao Relatório ICSD, a Deloitte foi contratada no mês de agosto de 2022 para sua elaboração, em decorrência de exigência contida na escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia. A partir de então, o Relatório ICSD deverá ser elaborado (i) semestralmente, tendo por base as demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) eventualmente, em caso de distribuição trimestral de dividendos intercalares, com base em lucro acumulado após o término do exercício fiscal anterior, tendo por base demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a realização do escopo da asseguarção limitada sobre o Relatório ICSD, a Companhia dispendeu o montante de R\$ 19.825,00, correspondente a 22,6% do valor total contratado para os serviços de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia entende que tal procedimento aperfeiçoa seus processos de governança, e a qualidade dos dados apresentados aos seus acionistas e mercado em geral.

Por se tratar de elemento de asseguarção com base na NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, bem como pelo fato de que a revisão do ECF se trata de trabalho de *compliance* tributário, esses serviços não resultam na existência de conflito de interesses com os trabalhos de auditoria externa realizados, ou em perda de independência e de objetividade dos auditores.

Os auditores entendem que os serviços mencionados não configuram perda de independência relacionada ao trabalho de auditoria. A Administração também entende que ela não consta dos impedimentos previstos no artigo 23 da Resolução CVM nº 23/2021 e que estão em linha com a Resolução CFC1311.

A Administração.

BSB ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/22	31/12/21	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	6	41.601	48.899	Fornecedores		26	2.114
Aplicações Financeiras	7	36	-	Contas a pagar por aquisição de investimento	11	-	18.132
Impostos a recuperar	8	-	68	Obrigações fiscais		27	258
Total dos ativos circulantes		<u>41.637</u>	<u>48.967</u>	Debêntures	12	<u>40.596</u>	<u>26.577</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>40.649</u>	<u>47.081</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Impostos a recuperar	8	876	-	Partes relacionadas	15	-	16.125
Investimentos em coligadas	10	377.015	355.775	Debêntures	12	<u>296.972</u>	<u>314.913</u>
Imobilizado		-	21	Total dos passivo não circulantes		<u>296.972</u>	<u>331.038</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>377.891</u>	<u>355.796</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
				Capital social		18.106	1.957
				Reserva de lucros		61.843	25.512
				Ajustes de avaliação patrimonial		<u>1.958</u>	<u>(825)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>81.907</u>	<u>26.644</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>419.528</u></u>	<u><u>404.763</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>419.528</u></u>	<u><u>404.763</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	16	(1.035)	(335)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	10	127.162	47.297
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>126.127</u>	<u>46.962</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(45.590)	(6.083)
Receitas financeiras		<u>5.605</u>	<u>372</u>
	17	<u>(39.985)</u>	<u>(5.711)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>86.142</u>	<u>41.251</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(119)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u><u>86.142</u></u>	<u><u>41.132</u></u>
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	14	<u><u>43,4241</u></u>	<u><u>21,0144</u></u>
Quantidade média ponderada de ações	14	1.983.737	1.957.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	86.142	41.132
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:		
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	2.783	8.534
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>88.925</u></u>	<u><u>49.666</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BSB ENERGÉTICA S.A.DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva para investimento	Dividendos adicionais propostos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.957	391	1.566	14.182	(9.359)	-	8.737
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2020		-	-	-	(14.182)	-	-	(14.182)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	41.132	41.132
Destinações:								
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos referente a 2021	13	-	-	-	-	-	(10.283)	(10.283)
Dividendos adicionais propostos distribuídos referente a 2021	13	-	-	-	-	-	(7.294)	(7.294)
Dividendos adicionais propostos	13	-	-	-	23.555	-	(23.555)	-
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas		-	-	-	-	8.534	-	8.534
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.957	391	1.566	23.555	(825)	-	26.644
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2021	13	-	-	-	(23.555)	-	-	(23.555)
Aumento de capital por subscrição realizada - AGE 22/12/2022	13	16.149	-	(24)	-	-	-	16.125
Dividendos distribuídos através de reserva para investimento	13	-	-	(1.542)	-	-	-	(1.542)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	86.142	86.142
Destinações:								
Reserva legal	13	-	3.230	-	-	-	(3.230)	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos referente a 2022	13	-	-	-	-	-	(20.728)	(20.728)
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2022	13	-	-	-	-	-	(3.962)	(3.962)
Dividendos adicionais propostos	13	-	-	-	58.222	-	(58.222)	-
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas		-	-	-	-	2.783	-	2.783
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		18.106	3.621	-	58.222	1.958	-	81.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BSB ENERGÉTICA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		86.142	41.251
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado com baixa de ativo imobilizado		21	-
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(6)	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(127.162)	(47.297)
Juros e atualizações monetárias sobre debêntures	12 e 17	43.478	5.851
Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de investimento	11 e 17	779	132
Adição no custo de transação	12	(284)	-
Custo Transação Debêntures	12 e 17	1.207	99
Variações nos ativos e passivos:			
Tributos a compensar		(998)	41
Obrigações fiscais		121	138
Contas a pagar (Fornecedores)		(2.140)	2.114
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais		1.158	2.329
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Dividendos recebidos	9	108.705	45.582
Imposto de renda e contribuição social pagos		(110)	-
Juros pagos sobre debêntures	12	(21.819)	-
Juros pagos na aquisição de investimento	11	(911)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		87.023	47.911
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de participação adicional em coligada	10	-	(302.831)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		-	(302.831)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento por aquisição de investimento	11	(18.000)	-
Aplicações financeiras		(30)	-
Captação líquida de Debêntures	12	-	335.540
Dividendos pagos	13	(49.787)	(31.759)
Debêntures pagas	12	(26.504)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	18
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(94.321)	303.799
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.298)	48.879
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	6	48.899	20
No fim do exercício	6	41.601	48.899
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.298)	48.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BSB ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Serviços de Terceiros	16	(533)	(286)
Resultado da baixa de ativo imobilizado		(21)	-
Outros custos operacionais		<u>(51)</u>	<u>(49)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		(605)	(335)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	127.162	47.297
Receitas Financeiras	17	5.605	372
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		<u>132.162</u>	<u>47.334</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Empregados			
Remuneração direta	15	41	-
Impostos, Taxas e Contribuições			
Federais		<u>389</u>	<u>119</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		<u>45.590</u>	<u>6.083</u>
Juros	17	44.685	5.983
Outras despesas financeiras	17	905	100
Remuneração de Capitais Próprios		<u>86.142</u>	<u>41.132</u>
Lucros retidos		61.452	23.555
Dividendos distribuídos		<u>24.690</u>	<u>17.577</u>
		<u>132.162</u>	<u>47.334</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BSB ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A BSB Energética S.A. (“Companhia” ou “BSB”), sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na categoria “B” desde o mês de julho/2022, com sede social na Cidade de Belo Horizonte e Estado de Minas Gerais.

Constituída em 24 de março de 2000, a Companhia tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração de energia elétrica, sua comercialização e distribuição, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em outras sociedades com atividades semelhantes ao objeto social da Companhia como sócia ou acionista.

Tendo a CS Energia S.A. como controladora final, Seu controle acionário direto é detido pela Eletroriver S.A. (“Eletroriver”), com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, titular de ações representativas de 91,0% do capital social da Companhia, estando os demais 9,0% subscritos pela Companhia Energética de Brasília (“CEB”), sociedade de economia mista com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Em 1º de dezembro de 2021, a BSB Energética S.A. concluiu a aquisição de participação adicional de 15,30% das ações representativas do Capital Social da Brasil PCH, passando a deter, a partir da referida data, 28.256.349 ações ordinárias da coligada Brasil PCH S.A., equivalente a 30% de participação no capital dessa coligada.

Dados da Coligada

A Brasil PCH S.A. foi constituída em 23 de março de 2005, tendo como objeto social qualquer atividade relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, além de participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Brasil PCH possui subsidiária integral denominada PCHPAR - PCH Participações S.A., a qual possui 100% do capital social de 13 Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), titulares, respectivamente de Autorizações de emissão da Agência Nacional de Energia elétrica (“ANEEL”) para exploração de 13 PCHs, com potência total de operação de 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos, a partir da data de entrada em operação de cada PCH, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

A comercialização da energia gerada pelas 13 coligadas indiretas se dá por meio da celebração de contratos de compra e venda de energia com duração de 20 anos, a contados da data de entrada em operação comercial, firmados entre as SPEs e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFRA), por meio dos quais a Eletrobras adquire a totalidade da energia produzida.

2. IMPACTOS COVID-19

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

3. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022

As normas brasileiras de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual	As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) - Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado -Recursos Antes do Uso Pretendido	As alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IAS 37/CPC 25
Contratos Onerosos - Custo
de Cumprimento do
Contrato

As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).
Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias Anuais ao Ciclo
de IFRSs 2018-2020

As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D16(a).

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos: A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

IAS 41/CPC 29 - Agricultura - A alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos. Isso alinha a mensuração do valor justo da IAS 41 às exigências da IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para que os fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas coligadas não adotaram as novas normas revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021)	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) -Demonstrações Consolidadas e IAS 28/CPC 18 (R2) (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8/CPC 23	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), aplicáveis a empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

4.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, e classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

5.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, ela continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

5.2. Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

5.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

5.3.1. Ativos financeiros

5.3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 6.

5.3.1.2. Aplicações financeiras

São representados por aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou realização e que não possuem características de caixa e equivalentes conforme nota explicativa nº 7.

5.3.2. Passivos financeiros

5.3.2.1. Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

5.4. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

5.5. Investimentos em coligadas e joint ventures

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como controlada ou sociedade sob controle comum. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas, ressalvadas as previsões legais.

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos da coligada ou joint ventures são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligada ou joint ventures são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada ou joint venture excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada ou joint venture.

Na aquisição do investimento em uma coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, se aplicável, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

No caso da Companhia, até 30 de novembro de 2021, o investimento na Brasil PCH era compartilhado (joint venture) com a Renova Energia S.A. - Em Recuperação Judicial ("Renova"), contudo, a partir de 1º de dezembro de 2021, passou a ser classificado como investimento em coligada tendo em vista a conclusão da aquisição de participação adicional de 15,30% da investida, com a consequente saída da Renova do quadro de acionistas. Dessa forma, os investimentos na Brasil PCH e suas controladas indiretas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

5.6. Impostos de renda e contribuição correntes e diferidos

Correntes:

No ano de 2021, a Companhia adotou o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta da Companhia; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a Companhias enquadradas no lucro presumido.

Para o ano de 2022, o regime fiscal adotado pela Companhia foi do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Diferidos:

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração dos impostos. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o se espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

5.7. Segmentos operacionais

A Companhia atua em um único segmento operacional, considerando que é uma empresa que detém participação indireta, exercendo influência significativa exclusivamente em 13 SPEs titulares, respectivamente, de Autorização da ANEEL para exploração de 13 PCH's. Nesse contexto, essas demonstrações financeiras não possuem nota explicativa de informação por segmento.

5.8. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

5.9. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos.

Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em aquisições de participações adicionais de investidas têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Determinadas premissas são adotadas pelos avaliadores para determinação de tais valores justos, em que é considerado o método da aquisição, sendo os custos relacionados à aquisição reconhecidos no resultado, quando incorridos. Premissas também são adotadas pelos avaliadores na determinação da vida útil remanescentes dos ativos das investidas, sendo a mais valia dos ativos subjacentes amortizada, com base nessas vidas úteis estimadas na data da aquisição.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado.

A administração efetuou a avaliação do valor recuperável dos saldos de investimentos em coligadas e reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável no primeiro semestre de 2022, no montante de R\$1.037. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração fez nova análise e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável “impairment” adicional. O valor recuperável dos saldos de investimentos em coligadas foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa trazidas a valor presente pela taxa de desconto nominal (de 10,76% a.a. a 12,65% a.a.), e são baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração das coligadas para o ano de 2022. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de um ano foram extrapolados com base no planejamento estratégico das coligadas, sendo considerado nas premissas de preço, o término do contrato Proinfa nos anos de 2028 e 2029 e o término da 1ª autorização em 2038 e 2039. O fluxo de caixa é previsto até o final da concessão que se encerra nos anos de 2068 e 2069. Vide informações adicionais na nota explicativa nº 10.

- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos: em 31 de dezembro de 2022, não havia, na Controladora e em sua controlada direta, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.
- (iii) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 19 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (iv) Mensurações do valor justo dos ativos de participação adicional em coligadas: A Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos em função de combinação de negócios, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Bancos	-	2.211
Aplicações em Certificados de depósitos bancários	<u>41.601</u>	<u>46.688</u>
Total	<u><u>41.601</u></u>	<u><u>48.899</u></u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB - junto ao Banco Itaú Unibanco com risco insignificante de mudança de valor justo e são remuneradas por taxas de mercado de 101,5% (em 2021, 100,5 %) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2022</u>
Fundos de investimento em renda fixa	<u>36</u>
Total	<u><u>36</u></u>

Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco Itaú. As aplicações financeiras possuem remuneração que variam de 102,68% a 122,43% do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldos em fundos em renda fixa.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar estão assim demonstrados:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
IRRF retido sobre aplicação financeira 2019	38	68
IRRF retido sobre aplicação financeira 2022	<u>838</u>	-
Total	<u><u>876</u></u>	<u><u>68</u></u>
Circulante	-	68
Não circulante	876	-

9. DIVIDENDOS A RECEBER

Refere-se a constituição de dividendos a receber de sua coligada Brasil PCH S.A., conforme movimentação abaixo:

	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Constituição de dividendos	45.582
Dividendos recebidos	(45.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Constituição de dividendos	108.705
Dividendos recebidos	(108.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

10. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Até 30 de novembro de 2021, a Companhia possuía 13.845.611 ações ordinárias de emissão da coligada Brasil PCH equivalentes a 14,70% de participação no capital da investida. Em 1º de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de participação adicional na referida coligada de 15,30%, que pertenciam à Renova (por incorporação da Chipley SP Participações S.A. ("Chipley")), passando então a deter 30% das ações ordinárias, totalizando 28.256.349 ações.

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém 30% das ações ordinárias (28.256.349 ações) da Brasil PCH S.A.

As participações nas coligadas diretas e indiretas, as quais a Companhia exerce influência significativa, em função do Acordo de Acionistas da Brasil PCH e/ou da estrutura acionária da Brasil PCH, conforme o caso, são demonstradas conforme segue:

Investidas	Investimento	Localização	31/12/22	31/12/21	
1.	Brasil PCH S.A.	Coligada direta	Município de Belo Horizonte (MG)	30,0%	30,0%
1.1.	PCHPAR PCH Participações S.A.	Coligada indireta	Município de Belo Horizonte (MG)	30,0%	30,0%
1.1.1.	Bonfante Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Simão Pereira (MG)	30,0%	30,0%
1.1.2.	Carangola Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Carangola (MG)	30,0%	30,0%
1.1.3.	Calheiros Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.4.	Caparaó Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Dores do Rio Preto (ES)	30,0%	30,0%
1.1.5.	Funil Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Dores do Guanhães (MG)	30,0%	30,0%
1.1.6.	Irara Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Jataí (GO)	30,0%	30,0%
1.1.7.	Jataí Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Jataí (GO)	30,0%	30,0%
1.1.8.	Monte Serrat Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Comendador Levy Gasparian (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.9.	Retiro Velho Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Aporé (GO)	30,0%	30,0%
1.1.10.	Santa Fé Energética S.A.	Coligada indireta	Município de Três Rios (RJ)	30,0%	30,0%
1.1.11.	São Joaquim Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Alfredo Chaves (ES)	30,0%	30,0%
1.1.12.	São Pedro Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Domingos Martins (ES)	30,0%	30,0%
1.1.13.	São Simão Energia S.A.	Coligada indireta	Município de Alegre (ES)	30,0%	30,0%

Aquisição de Investimento - Coligada Brasil PCH S.A.

Em 15 de setembro de 2021 foi firmado o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, entre a Companhia e a sua controladora Eletroriver S.A. ("Eletroriver"), em conjunto denominadas Compradoras, e a Chipley e a Renova, em conjunto denominadas Vendedoras. A operação incluía condições suspensivas, que vinculava o fechamento da transação, incluindo aprovação da autoridade brasileira, além de consentimento dos credores. Essas condições precedentes foram cumpridas, tendo sido concluída a operação em 1º de dezembro de 2021, tendo a Companhia adquirido participação adicional de 15,3%, passando a deter 30% de participação direta na Brasil PCH e passando a exercer influência significativa nesta investida.

O valor total da aquisição da referida operação foi de R\$1.069.438, sendo o valor de R\$748.607 referente à Eletroriver e de R\$320.831 referente à Companhia. Parte do valor da aquisição, no montante de R\$60.000 (R\$42.000 retidos pela Eletroriver R\$18.000 retidos pela Companhia), constituiu valor retido (garantia das obrigações de indenizar da vendedora e do pagamento de ajustes em virtude de verificação de “leakage”). Tal montante foi liquidado em 30 de maio de 2022, devidamente atualizado pelo CDI, conforme previsão contratual, somando a importância de R\$18.911.

A Companhia procedeu com a elaboração do laudo de alocação dos valores justos com base nos conceitos estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente a norma internacional IFRS 13). Os ativos intangíveis foram avaliados utilizando-se do Método de Lucros Excedentes por Vários Períodos (MPEEM), e os ativos imobilizados foram avaliados utilizando o método de Custo de Reposição. O valor justo total da Brasil PCH pode ser demonstrado como segue:

Em 1º de dezembro de 2021	Valores de custo	Mais valia	Valor justo
<u>ATIVOS</u>	1.284.467	1.813.306	3.097.773
Caixa e equivalentes de caixa	142.549	-	142.549
Contas a receber	101.563	-	101.563
Impostos a recuperar	10.724	-	10.724
Outros ativos circulantes	5.653	-	5.653
Impostos diferidos	343	-	343
Depósitos judiciais	14.636	-	14.636
Outros ativos não circulantes	286	-	286
Imobilizado	995.073	369.025	1.364.098
Intangível	13.640	1.444.281	1.457.921
<u>PASSIVO</u>	(945.099)	(653.312)	(1.598.411)
Contas pagar	(4.702)	-	(4.702)
Salários	(4.043)	-	(4.043)
Impostos a recolher	(6.614)	-	(6.614)
Imposto diferido mais valia	-	(597.573)	(597.573)
Outros passivos	(31.962)	-	(31.962)
Receita diferida	(4.999)	-	(4.999)
Empréstimos e financiamentos	(852.041)	(55.739)	(907.780)
Obrigações futuras	(38.365)	-	(38.365)
Provisões	(2.373)	-	(2.373)
Ativos líquidos	339.368	1.159.994	1.499.362
Participação adquirida			15,3%
Valor proporcional do investimento adquirido com base no valor justo de ativos e passivos			229.402
Ágio identificado			91.429
Contraprestação transferida e a transferir			320.831
Contraprestação transferida (caixa líquido transferido)			302.831
Contraprestação a transferir (contas a pagar - aquisição de investimento)			18.000

A alocação dos valores justos da Brasil PCH, identificou uma mais valia líquida no valor de R\$1.159.994, sendo R\$369.025 referente a mais valia de ativos imobilizados, R\$1.444.281 referente a mais valia de ativos intangíveis de contratos firmados, R\$55.739 referente a menos valia de debêntures e o efeito do reconhecimento do imposto diferido passivo de R\$597.573 sobre a mais valia líquida. A constituição dos impostos diferidos foi baseada no julgamento da Administração que no momento não tem expectativa da incorporação deste investimento, assim como no fato de que, a partir do ano de 2022, a Companhia passou a adotar o regime de tributação de imposto de renda pelo lucro real. Esta mais valia, proporcional à participação adquirida pela Companhia de 15,3% será amortizada com base na vida útil remanescente dos ativos, que corresponde, na data da aquisição, a uma vida útil remanescente média de aproximadamente 25 anos para os itens de ativo imobilizado e 47 anos para o ativo intangível. Considerando o preço pago, após alocação das mais valias acima indicadas, foi identificado um excedente no valor de R\$91.429, reconhecido como ágio. A estimativa de vida útil da amortização do ativo intangível leva em consideração a média do período remanescente das autorizações da ANEEL para as usinas indiretamente controladas pela Brasil PCH, acrescidas do período de renovação de 30 anos, nos termos da Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

Os principais saldos patrimoniais da coligada direta, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são apresentados como segue:

	31/12/22				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Brasil PCH S.A.	302.368	1.012.774	293.968	644.892	376.282
Total	302.368	1.012.774	293.968	644.892	376.282

	31/12/21				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Brasil PCH S.A.	216.591	1.027.856	227.788	725.821	290.838
Total	216.591	1.027.856	227.788	725.821	290.838

Os principais saldos de resultado da coligada direta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são apresentados como segue:

	31/12/22				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Brasil PCH S.A.	714.371	594.013	590.480	488.863	438.518
Total	714.371	594.013	590.480	488.863	438.518

	31/12/21				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Brasil PCH S.A.	594.651	482.162	466.033	313.543	293.162
Total	594.651	482.162	466.033	313.543	293.162

A movimentação do investimento é apresentada a seguir:

	<u>Custo</u>	<u>Mais valia</u>	<u>Ágio</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.696	-	-	24.696
Aquisição de participação adicional em coligada	51.923	177.659	91.249	320.831
Equivalência patrimonial	47.680	(383)	-	47.297
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	8.534	-	-	8.534
Dividendos recebidos	(45.582)	-	-	(45.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	87.250	177.276	91.249	355.775
Equivalência patrimonial	131.556	(3.357)	(1.037)	127.162
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	2.783	-	-	2.783
Dividendos aprovados	(108.705)	-	-	(108.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>112.884</u>	<u>173.919</u>	<u>90.212</u>	<u>377.015</u>

O ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao valor recuperável.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia efetuou a avaliação do valor recuperável do ágio adquirido em aquisição de investimento em coligada, reconhecendo uma provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$1.037, tendo como contrapartida a rubrica de “Outras despesas, líquidas” na demonstração do resultado.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia determinou o valor recuperável dos saldos de investimentos em coligadas sujeitas a análise de recuperabilidade com base no valor em uso. O valor recuperável de cada coligada indireta (considerada separadamente como uma Unidade Geradora de Caixa - “UGC”) foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros, em Reais, pós-impuestos e descontados a uma taxa pós-impuestos (10,76% a.a. para UGCs enquadradas no regime tributário de Lucro Real e 12,65% a.a. para empresas enquadradas no Lucro Presumido), que reflete as avaliações atuais de mercado acerca do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos dos ativos para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamento financeiros aprovados pela administração das coligadas. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas todos os anos até o período final de autorização nos anos de 2068 e 2069. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de um ano, foram extrapolados considerando como premissas:

- Geração de resultados nos ambientes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”). Todas as UGCs estão integralmente contratadas no ambiente “PROINFA” até os anos de 2028/29 quando se encerra o contrato com o “PROINFA”. Uma vez encerrado o contrato “PROINFA” e até o final da autorização para comercialização pelas UGCs nos anos de 2068/69, a energia produzida será comercializada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) por meio de contratos bilaterais. Para a projeção de resultados no “ACL” a Companhia usou como principal referência de preços futuros a Curva Foward da DCIDE.
- Para custos e despesas regulatórios a Companhia aplica a metodologia para cálculo dos valores com base na Legislação vigente. Demais custos e despesas operacionais a Companhia mantém as premissas aplicadas ao modelo financeiro da Companhia projetados com base em projeções macroeconômicas.
- A Companhia utilizou projeções do Sistema de Expectativas do Banco Central do Brasil (FOCUS) para as suas projeções macroeconômicas.

Comparando o valor recuperável de cada UGC com o seu valor contábil não foi identificado perdas por desvalorização adicionais a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

11. CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Em 1º de dezembro de 2021, foi adquirida participação adicional de 15,30% do capital social da Brasil PCH S.A. pelo valor total de R\$320.831, sendo que parte deste valor (R\$18.000) ficou retido (em função de garantia das obrigações de indenizar da vendedora e de eventuais ajustes de preço decorrentes, principalmente, de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital - "leakage"), sendo o valor atualizado pelo CDI. Em 30 de maio de 2022, a Companhia realizou a liquidação da obrigação no montante de R\$18.911.

12. DEBÊNTURES

Em deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada em 10 de setembro de 2021, os acionistas aprovaram a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com valor nominal unitário de R\$1, na data de emissão, sendo a quantidade de 345.000 (trezentos e quarenta e cinco mil), perfazendo o montante total de R\$345.000. Estas debêntures serão pagas semestralmente, juros e principal, nos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro pagamento (principal e juros) ocorreu em 15 de abril de 2022 e o último pagamento será em 15 de abril de 2030.

a) Composição das Debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	31/12/22	31/12/21
Debêntures -Série Única (IPCA + 7,04%)	345.000	1.000	346.005	350.851
(-) Custo com transação com debêntures			(8.437)	(9.361)
			<u>337.568</u>	<u>341.490</u>
Passivo circulante			40.596	26.577
Passivo não circulante			296.972	314.913

b) Movimentação das Debêntures

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Captação líquida	335.540
Encargos provisionados	5.851
Apropriação do custo de transação	99
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>341.490</u>
Encargos provisionados	43.478
Pagamento encargos	(21.819)
Pagamento principal	(26.504)
Adição no custo de transação	(284)
Custo de transação	<u>1.207</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>337.568</u></u>

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação são as seguintes:

12.1. Restrições

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo dentre outros, restrições quanto à transferência de tipo societário, mudança de controle acionário, concessão de preferência a outros créditos, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão, em todos os casos sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior. O não cumprimento dos “covenants” e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) de 2,25x, superior ao índice determinado na escritura de 1,20x, logo o ICSD está em conformidade com as determinações dos contratos de debêntures.

12.2. Garantias

Foram ofertadas em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações de emissão da Brasil PCH e de titularidade da Companhia representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da investida bem como quaisquer novas ações que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela Companhia, incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de dezembro de 2022, foi aprovado, dentre outras matérias, o aumento de capital, dos anteriores R\$1.957 para os atuais R\$18.106, com a emissão de 1.071.177 ações ordinárias ao preço de emissão de, aproximadamente, R\$15,08 (quinze reais e oito centavos) por ação, representando um aumento no valor de R\$16.149. O aumento se deu a partir da incorporação dos saldos dos adiantamentos para futuro aumento de capital, no montante de R\$16.125 e da Reserva para investimento o montante de R\$24, conforme nota explicativa nº 13.5.

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias integralizadas		%	Valor integralizado	
	2022	2021		2022	2021
Companhia Energética de Brasília - CEB	272.565	176.159	9%	1.627	176
Eletroriver S.A.	2.755.936	1.781.165	91%	16.479	1.781
Total	3.028.501	1.957.324	100%	18.106	1.957

13.2. Reserva Legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu, a título de reserva legal, o montante de R\$3.230, obedecendo o limite de 20% do capital social, conforme aumentado no mês de dezembro de 2022. (Em 2021 não houve constituição de reserva legal devido ao limite de 20% sobre o capital social vigente na época).

13.3. Reserva de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto artigo 202 § 5 da Lei das Sociedades por Ações, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

13.4. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia estabelece que após a constituição da reserva legal, o saldo total remanescente do lucro do exercício, se existente, deve ser atribuído ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento).

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Lucro líquido do exercício	86.142	41.132
Reserva Legal (5% até o limite de 20% do capital social)	(3.230)	-
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	82.912	41.132
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	(20.728)	(10.283)
Dividendos adicionais distribuídos	(3.962)	(7.294)
Dividendos adicionais propostos	<u>(58.222)</u>	<u>(23.555)</u>

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos nos exercícios:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Dividendos adicionais de 2020	14.182
Dividendos aprovados de 2021	17.577
Dividendos pagos de 2020	(14.182)
Dividendos pagos de 2021	<u>(17.577)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Dividendos adicionais de 2021	23.555
Dividendos aprovados de 2022	24.690
Dividendos distribuídos através de reserva para investimento	1.542
Dividendos pagos sobre a reserva de investimento	(1.542)
Dividendos pagos de 2021	(23.555)
Dividendos pagos de 2022	<u>(24.690)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>

13.5. Reserva para investimento

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de dezembro de 2022 foi aprovado, dentre outras matérias, o pagamento de dividendos no valor de R\$1.566 extinguindo o saldo de reserva para investimento conforme reforma do Estatuto Social da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2022. O montante foi distribuído aos acionistas conforme a sua participação, R\$1.425 para Eletroriver S.A. e R\$141 para a Companhia Energética de Brasília - CEB, sendo que o montante de R\$117 foi pago como dividendos e o montante de R\$24 foi utilizado para aumento de capital.

13.6. Ajuste de avaliação patrimonial reflexa

Representando pelos ganhos ou perdas acumuladas reflexas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa considerados efetivos da coligada Brasil PCH S.A. O valor reconhecido como parcela de outros resultados abrangentes de coligadas foi de R\$2.783 em 2022 (R\$8.534 em 2021).

14. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é baseado nos seguintes dados:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Lucro líquido do exercício	86.142	41.132
Lucro por ação básico diluído:		
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	<u>1.983.737</u>	<u>1.957.324</u>
Lucro por ação básico e diluído	<u><u>43,4241</u></u>	<u><u>21,0144</u></u>

15. SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na nota nº 13 em 22 de dezembro de 2022, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia realizou o aumento de capital incorporando os saldos dos adiantamentos para futuro aumento de capital conforme abaixo:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
	<u>Passivo - não circulante</u>	<u>Passivo - não circulante</u>
	AFAC	AFAC
Eletroriver S.A.	-	14.698
Companhia Energética de Brasília - CEB	-	1.427
Total	<u>-</u>	<u>16.125</u>

Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração da Administração foi de R\$41 (R\$9 pela sua Controladora Eletroriver ao administrador em comum). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi pago aos administradores da Companhia qualquer remuneração em função do exercício dos respectivos cargos na Companhia. Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

16. DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Despesas administrativas	(42)	-
Despesas com pessoal e administradores	(48)	-
Serviços de terceiros	(533)	(286)
Tributárias	(389)	(49)
Outros custos	(23)	-
Total	<u>(1.035)</u>	<u>(335)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre debêntures	(43.478)	(5.851)
Atualização monetária sobre contas a pagar por aquisição de investimento	(779)	(132)
Custos de transação de debêntures	(1.207)	(99)
Outras despesas financeiras	(126)	(1)
Total	<u>(45.590)</u>	<u>(6.083)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.599	370
Outras receitas financeiras	6	2
Total	<u>5.605</u>	<u>372</u>
Total	<u>(39.985)</u>	<u>(5.711)</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A partir de 1º de janeiro de 2022, a Companhia adotou a modalidade de apuração pelo regime de lucro real. Desta forma, calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real (lucro presumido em 31 de dezembro de 2021). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2022</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	86.142
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(29.288)

	<u>2022</u>
Exclusões (adições) permanentes:	
Equivalência patrimonial	43.235
Crédito tributário não constituído (*)	<u>(13.947)</u>
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>-</u>
Correntes	<u>-</u>

(*) A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$41.020 em 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 não havia saldo, pois, a Companhia estava na modalidade de lucro presumido). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

	<u>31/12/21</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	370	370
Outras receitas financeiras	2	2
Alíquota nominal	<u>15%</u>	<u>9%</u>
Imposto sobre o resultado	(56)	(33)
Adicional à alíquota de 10%	(30)	-
Correntes	<u>(86)</u>	<u>(33)</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. A administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

O risco de mercado decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado a 101,5% para os recursos aplicados e enquadrados como caixa e equivalentes e de 102,68% a 122,43% do CDI para os recursos aplicados e enquadrados como aplicações financeiras, conforme apresentado nas notas explicativas nº 6 e nº 7, respectivamente.

A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia estima o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Gestão de risco de liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

<u>Controladora</u>	<u>Nota</u>	<u>Posição Contábil</u>	<u>Total Fluxo Futuro</u>	<u>1 a 3 meses</u>	<u>3 meses a 1 ano</u>	<u>1 a 8 anos</u>
Fornecedores	-	26	26	26	-	-
Debêntures (*)	12	346.005	500.614	-	61.756	438.858
Total		346.031	500.640	26	61.756	438.858

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal registrado na data desconsiderando os seus custos de transação. Para maiores informações ver nota explicativa nº 12.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debêntures remuneradas a IPCA + 7,04% conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	6	41.601	48.899
Aplicações financeiras	7	36	-
<u>Passivos financeiros</u>			
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores		26	2.114
Partes relacionadas	15	-	16.125
Contas a pagar por aquisição de investimento	11	-	18.132
Debêntures	12	337.568	341.490

Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros, trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado ou taxa com base nas condições do pagamento de prêmio na ocorrência de resgate antecipado facultativo estabelecido na escritura de debêntures de cada emissão. Os mesmos são trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de dezembro de 2022. Exceto pelas debêntures, o qual o seu valor justo estimado em 31 de dezembro de 2022 é R\$362.650 o valor justo dos demais itens são próximos ao seu valor contábil.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures (IPCA) e aplicações financeiras vinculadas ao CDI.

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I (provável) de variação das taxas de juros CDI (13,75%) e IPCA (5,92%) no horizonte de 12 meses (fonte Boletim Focus datado de 30 de dezembro 2022). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II (possível) e III (remoto), respectivamente. A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

<u>Operação</u>	<u>Exposição 31/12/22</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Caixa e equivalentes de caixa	41.601		5.720	4.290	2.860
Aplicações financeiras	36		5	4	2
	<u>41.637</u>	Baixa do CDI	<u>5.725</u>	<u>4.294</u>	<u>2.862</u>
<u>Operação</u>	<u>Exposição 31/12/22</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Debêntures	(346.005)	Alta do IPCA	(44.842)	(56.053)	(67.263)
	<u>(346.005)</u>		<u>(44.842)</u>	<u>(56.053)</u>	<u>(67.263)</u>

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total. O endividamento líquido, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com o endividamento líquido.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Debêntures (nota explicativa nº 12)	346.005	350.851
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas explicativas nº 6 e 7)	<u>(41.637)</u>	<u>(48.899)</u>
Endividamento líquido (a)	<u>304.368</u>	<u>301.952</u>
 Total do patrimônio líquido	 <u>81.907</u>	 <u>26.644</u>
 Total do capital (b)	 <u>386.275</u>	 <u>328.595</u>
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	<u>79%</u>	<u>92%</u>

20. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação dessas demonstrações financeiras em 8 de fevereiro de 2023.

Composição do Conselho de Administração

José Guilherme A. do Nascimento -
Presidente

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Vice-presidente

Jorge Antônio Carvalho Lima - Conselheiro

Patrícia Pereira Kleibe - Conselheira

Composição da Diretoria

Wanderson Silva de Menezes - Diretor Presidente

José Guilherme Antloga do Nascimento - Diretor

Walter Nunes Seijo Neto - Diretor

Braulio Rio Sá
CRC: MG 117577/O - 2
Contador